

# **DECRETO Nº 200 DE 16 DE JULHO DE 1991**

(Publicado no Diário Oficial de 17/07/1991)

**Altera o regulamento do Imposto sobre a propriedade de Veículos Automotores - IPVA, aprovado pelo Decreto nº 32.785 de 30 de dezembro de 1985 e dá outras providências.**

**O VICE-GOVERNADOR NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições e tendo em vista a Lei nº 4.626 de 09 de dezembro de 1985,

## **DECRETA**

**Art. 1º** Passam a vigorar com a seguinte redação os dispositivos abaixo indicados do Regulamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, aprovado pelo Decreto nº 32.785 de 30 de dezembro de 1985:

### **I - artigo 14:**

“Art. 14. O valor do IPVA será recolhido diretamente pelo proprietário do veículo ou responsável, mediante Documento de Arrecadação Estadual - DAE/IPVA.”

### **II - artigo 15:**

“Art. 15. O pagamento do imposto será vinculado à renovação anual do licenciamento de veículos automotores terrestres, de acordo com os prazos estabelecidos pelo DENATRAN e ocorrerá conforme o calendário fixado para cada exercício.

§ 1º O IPVA será recolhido de uma só vez, em cota única, até o último dia útil do mês correspondente ao algarismo final da placa de veículo, atualizado mensalmente, de acordo com a variação sofrida pela Unidade Padrão Fiscal do Estado da Bahia - UPF/BA.

§ 2º As tabelas de valores do IPVA, relativos a veículos terrestres usados, serão aprovadas por Portaria do Secretário da Fazenda, considerando além do disposto no inciso II do Art. 10 do Regulamento do IPVA, preços de mercado, evolução inflacionária e prática em outros Estados.

§ 3º Fica o Secretário da Fazenda do Estado da Bahia autorizado a baixar os atos necessários à efetiva cobrança do imposto, assinar convênios, aprovar documentos, formulários e rotinas de procedimentos e controles.”

### **III - o caput do artigo 16:**

“Art. 16. O proprietário ou possuidor de veículo automotor, que, depois dos prazos estabelecidos, transitar com veículo sem o comprovante do pagamento do IPVA, ficará sujeito à multa no valor correspondente a 03 (três) Unidades Padrão Fiscal do Estado da Bahia - UPF-BA, sem prejuízo da apreensão do veículo e do pagamento do imposto devido.”

**Art. 2º** Ficam acrescentados ao Regulamento do Imposto sobre a Propriedade de veículos Automotores - IPVA, aprovado pelo Decreto nº 32.785 de 30 de dezembro de 1985, os

seguintes dispositivos:

**I - os §§ 3º e 4º ao Artigo 1º:**

“§ 3º Na ocorrência de alienação, transferência de outra Unidade da Federação e cancelamento do direito de isenção ou não incidência, o pagamento do imposto, se devido, ocorrerá nos seguintes prazos:

I - até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da entrada do processo no órgão de Trânsito, se protocolado até o dia 15 (quinze);

II - até o dia 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrada do processo no órgão de Trânsito, se protocolado do 16 (dezesesseis) ao dia 30 (trinta).

§ 4º Nos casos de cancelamento do direito de isenção ou não incidência, o valor do imposto será aquele estabelecido nas tabelas de valores do IPVA, em vigor.”

**II - o parágrafo único ao Artigo 17:**

“Parágrafo único. Nos casos em que o Documento Integrado de Licenciamento, esteja em desacordo com os dados cadastrais do veículo, ou não tenha sido emitido pelo DETRAN-BA, serão concedidos os prazos estabelecidos no § 3º do Art. 1º do Regulamento do IPVA, para pagamento do imposto sem os acréscimos previstos no artigo anterior.”

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 1991, revogadas as disposições em contrário.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**, em 16 de julho de 1991.

**PAULO GANEM SOUTO**

Governador em Exercício

Rodolpho Tourinho Neto

Secretário da Fazenda

Waldeck Vieira Ornelas

Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia

Raimundo Mendes de Brito

Secretário de Energia, Transportes e Comunicações

Sérgio Alexandre Meneses Habib

Secretário da Segurança Pública